

**PROJETO DE LEI Nº 0001 DE 24 DE JANEIRO DE 2025.**

**Cria o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de  
Pugmil – TO e dá outras providências**

O **PREFEITO MUNICIPAL DE PUGMIL**, Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte lei:

**Art. 1º.** Fica criado o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM, órgão de natureza consultivo e deliberativo, fiscalizador, e de caráter permanente, constituindo-se pelo princípio paritário entre o Poder Público e a Sociedade Civil.

**Art. 2º.** O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - CMDM - tem por finalidade garantir à mulher o pleno exercício de sua cidadania, por meio de propostas, acompanhamento, fiscalização, promoção, aprovação e avaliação de políticas para as mulheres, em todas as esferas da Administração Pública Municipal, destinadas a garantir a igualdade de oportunidades e de direitos entre homens e mulheres, promovendo a integração e a participação da mulher no processo social, econômico e cultural.

**Parágrafo único.** O Poder Executivo e a Secretaria da Mulher deste município prestará estrutura funcional necessária para o funcionamento do respectivo conselho, e deverá custear as despesas de realização e divulgação das Conferências Municipais dos direitos da Mulher.

**Art. 3º.** O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM – terá como objetivos:

I – cooperar com os órgãos governamentais e não governamentais na elaboração e no acompanhamento de políticas públicas que visem à ampliação da participação da mulher;

II – defender a manutenção e expansão dos serviços e/ou programas de combate à exploração sexual e à violência contra a mulher, de atenção à saúde e aos direitos reprodutivos e à educação inclusiva;

III – incentivar e acompanhar a execução de programas;

IV – incentivar e apoiar a participação da mulher nas diversas entidades comunitárias, estimulando sua organização social e política;

V – defender os direitos da mulher, fiscalizando e fazendo cumprir a legislação pertinente;

VI – incentivar a criação de redes sociais e aplicativos de apoio à mulher e a criança, tais como casas-abrigo, centros de referência e assemelhados;

ALESSANDRO RIBEIRO DE SÁ  
Pres. da Câmara Mun. de Pugmil-TO

APROVADO  
EM 05/01/25  
Alessandro Ribeiro De Sá  
Pres. da Câmara Mun. de Pugmil-TO



**VII** – promover e desenvolver estudos, debates, cursos e pesquisas relativas à mulher e equidade de gênero;

**VIII** – propor e apoiar políticas que visem a eliminar a discriminação da mulher, assegurando-lhe condições de liberdade e igualdade dos direitos;

**IX** – Monitorar a aplicação no Município do Plano de políticas para mulheres;

**Art. 4º** Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM:

**I** - organizar as Conferências Municipais de Políticas Públicas para as Mulheres;

**II** – promover a política municipal que visa eliminar as discriminações que atingem a mulher, facilitando sua integração e promoção como cidadã em todos os aspectos da vida econômica, social, política e cultural;

**III** - instruir as mulheres sobre as formas de violência passíveis a elas, orientando como proceder em caso de alguma ocorrência;

**IV** - promoção de debates sobre a conscientização dos direitos inerentes à mulher, encaminhando propostas ao Poder Público Municipal, que visam garantir a aplicabilidade desses direitos;

**V** - realizar atividades itinerantes nos bairros com o intuito de conscientizar a população sobre a existência do CMDM, buscando realizar a integração direta da população com o CMDM.

**VI** - elaborar e apresentar relatório anual à Secretaria Municipal da Mulher, das atividades praticadas pelo CMDM no respectivo ano;

**VII** - analisar e encaminhar aos órgãos competentes as denúncias e reclamações de qualquer pessoa ou entidade por desrespeito aos direitos assegurados as mulheres;

**VIII** - estimular o estudo e o debate das condições de vida das mulheres do Município, visando eliminar todas as formas de discriminação e violência contra a mulher;

**IX** - propor ao Executivo a celebração de convênios com organismos municipais, estaduais, nacionais e internacionais, públicos ou privados, para a execução de programas relacionados às políticas públicas para as mulheres e aos direitos da mulher;

**X** - fiscalizar e exigir o cumprimento da legislação em vigor, relacionada aos direitos da mulher;

**XI** - zelar pelo respeito, proteção e ampliação dos direitos da mulher como cidadã e trabalhadora, incorporar preocupações e sugestões manifestadas pela sociedade e opinar sobre denúncias que lhe sejam encaminhadas;





**XII - Elaborar seu regimento interno.**

**Art. 5º** O Conselho Municipal de Direitos da Mulher será composto de 08 (oito) representantes, que serão denominadas conselheiras, sendo constituído por 04 (quatro) representantes membros e suplentes paritários do Poder Executivo Municipal e 04 (quatro) representantes membros e suplentes da sociedade civil organizada.

**Parágrafo único.** Para nomeação dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, deverão serem adotados os seguintes procedimentos:

**I** – os representantes dos órgãos governamentais serão indicados pelo Prefeito Municipal no prazo estabelecido pelo Regimento Interno deste Conselho.

**II** - a indicação dos representantes da sociedade civil garantirá a participação mediante organizações representativas escolhidas, devendo atender as seguintes regras:

- a. Será realizada assembleia geral extraordinária, realizada a cada dois (2) anos, convocada oficialmente pelo CMDM, do qual participarão com direito a voto, três membros de cada uma das instituições não governamentais;
- b. A representação da sociedade civil no CMDM, diferente da representação governamental, não poderá ser previamente estabelecida, devendo submeter-se periodicamente a processo democrático de escolha;
- c. O CMDM, deverá instaurar o processo de escolha dos representantes não governamentais até trinta (30) dias antes do término do mandato, designando uma comissão eleitoral composta por conselheiros representantes da sociedade civil para organizar e realizar processo eleitoral;
- d. Os representantes da sociedade civil serão empossados no prazo de quinze (15) dias após a proclamação do resultado da respectiva eleição, com a publicação em diário oficial dos nomes das organizações e dos seus respectivos representantes eleitos, titulares e suplentes;
- e. Eventual substituição dos representantes das organizações da sociedade civil no CMDM deverá ser previamente comunicada e justificada por escrito pela entidade que ocupa a vaga, para que não cause prejuízo algum às atividades do Conselho;
- f. Na hipótese de não haver representantes da sociedade civil organizados ou disponíveis, o Poder Executivo Municipal, fará a indicação de cidadãos residentes no município com reputação ilibada e notório compromisso com a defesa dos direitos da mulher, que exercerão o mandato de conselheiros de forma provisória, até que seja viabilizada nova eleição ou designação por organizações da sociedade civil, que poderão requisitar a qualquer tempo seus assentos garantidos nesta lei.

**Art. 6º.** O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher terá a seguinte estrutura:

- I** – Diretoria Executiva, composta por presidente, vice-presidente e secretaria geral;
- II** – Comissões de Trabalho, constituídas por resoluções do Conselho;





### III – Plenário.

**§ 1º** O mandato dos Conselheiros e suplentes será de dois (2) anos, permitida uma recondução de seus membros.

**§ 2º** As atribuições dos membros da Diretoria de que trata o “caput” deste artigo serão definidas no Regimento Interno.

**Art. 7º.** A função de membro do CMDM é considerada de interesse público relevante e não será remunerada, sendo seu exercício prioritário e justificadas as ausências a quaisquer outros serviços, quando determinado seu comparecimento às sessões do conselho ou participações em diligências.

**Art. 8º.** Ao Conselho Municipal dos Direitos da Mulher compete:

**I** – eleger, por voto direto dentre os membros do Conselho, a Comissão Diretora;

**II** – assessorar o governo municipal, emitir pareceres e acompanhar a elaboração e execução de programas que digam respeito à mulher e à defesa de suas necessidades e direitos;

**III** – encaminhar ao Poder Executivo para análise e posterior envio ao Poder Legislativo os projetos que contemplem a questão de gênero;

**IV** – estabelecer critérios para o emprego dos recursos destinados aos projetos que visem a implementar e ampliar os programas de interesse das mulheres;

**V** – receber, examinar e encaminhar aos órgãos competentes denúncias relativas à discriminação da mulher;

**VI** – manter canais permanentes de comunicação com os movimentos de defesa dos direitos da mulher, apoiando o desenvolvimento de grupos autônomos do Município;

**VII** – criar comissões técnicas temporárias e permanentes para melhor desempenhar as funções do Conselho;

**VIII** – propor o Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, no prazo de sessenta (60) dias, a contar da data da posse dos Conselheiros.

**Art. 9º.** A Secretaria Municipal da Mulher, responsável pela execução da política dos direitos da mulher, prestará apoio técnico e administrativo para a consecução das finalidades do Conselho Municipal da Mulher.

**Art. 10.** O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher formalizará seus atos por meio de resoluções aprovadas pela maioria de seus membros e publicadas no órgão de comunicação oficial do Município, tendo características de órgão deliberativo.

**Art. 11.** Todas as sessões do Conselho serão públicas e precedidas de divulgação.

**Art. 12.** Para melhor desempenhar suas funções e assessorá-lo em assuntos específicos, o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher poderá recorrer a pessoa de notório conhecimento das questões de gênero.

**Art. 13.** Qualquer um dos membros do Conselho poderá elaborar propostas ou fornecer sugestões de trabalho, devidamente arrazoadas, a serem objetos de apreciação pelo colegiado.

**Art. 14.** Perderá a representatividade a instituição:

I – que extinguir sua base territorial de atuação no Município;

II – em cujo funcionamento seja constatada irregularidade de acentuada gravidade, devidamente comprovada, que torne incompatível sua representação no Conselho Municipal dos Direitos da Mulher.

III – que sofrer penalidade administrativa reconhecidamente grave.

**Art. 15.** Fica instituída Conferência Municipal dos Direitos da Mulher, órgão colegiado de caráter consultivo, deliberativo e avaliativo, composto por delegados representantes das instituições e organizações que atuam em prol dos direitos da mulher equidade de gênero, que realizará a cada dois (2) anos.

**§ 1º.** Os (as) delegados (as) da Conferência da conferência Municipal dos Direitos da Mulher serão eleitos (as) em reuniões próprias do conselho, convocadas para este fim específico, no período de trinta (30) dias anteriores à data de realização da Conferência, garantida a participação de um representante delegado de cada organização, com a voz e voto.

**§ 2º** A inscrição dos (as) delegados (as) deverá ser feita no prazo de dez (10) dias anteriores Conferência.

**Art. 16.** Compete à Conferência Municipal dos Direitos da Mulher:

I – fixar as diretrizes gerais das políticas municipais direcionadas à mulher no biênio subsequente ao de sua realização;

II – avaliar e reformar as decisões administrativas do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, quando provocada;

III – aprovar seu regimento interno; e

IV – aprovar e dar publicidade às suas resoluções, que serão registradas em documento final.





**Art. 17.** O Regimento interno da Conferencia Municipal dos Direitos da Mulher disporá sobre a forma do processo eleitoral dos representantes da sociedade civil no Conselho Municipal dos Direitos da Mulher.

**Art. 18.** O Executivo Municipal dará posse ao Conselho Municipal de Direitos da Mulher no prazo de 3º dias, a contar da data da eleição dos membros do Conselho.

**Art. 19.** Para a realização da Conferencia Municipal de Direitos da Mulher, será instituída pelo Poder Executivo Municipal, no prazo de sessenta dias da edição da presente Lei, através de uma comissão organizadora responsável, composta por dois membros governamentais e dois membros representantes da sociedade civil local.

**Art. 20.** Poderá o Conselho Municipal de Direitos da Mulher estabelecer parcerias para o desenvolvimento de projetos, convênios e outras formas para obtenção de recursos, equipamentos e pessoal.

**Art. 21.** Esta Lei entra em vigor da data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Pugmil – TO/ aos vinte e quatro (24) dias do mês de janeiro (01) do ano de dois mil e vinte e cinco (2025).



**ÂNGELO MARIO PEREIRA ALVES**  
Prefeito Municipal



**MUNICÍPIO DE PUGMIL – TO – CNPJ: 01.615.883/0001-07**  
Rua Tocantins, nº 178, Centro, Pugmil – TO, CEP: 77.603-000  
(63) 3397-1170 - [www.pugmil.to.gov.br](http://www.pugmil.to.gov.br) – [prefpugmil@yahoo.com.br](mailto:prefpugmil@yahoo.com.br)

...município, garantindo transparência e participação social.

Por fim, a criação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher em Pugmil – TO reflete o compromisso do Poder Público com a promoção da igualdade de gênero e o fortalecimento da



**MUNICÍPIO DE PUGMIL – TO – CNPJ: 01.615.883/0001-07**  
Rua Tocantins, nº 178, Centro, Pugmil – TO, CEP: 77.603-000  
(63) 3397-1170 - [www.pugmil.to.gov.br](http://www.pugmil.to.gov.br) – [prefpugmil@yahoo.com.br](mailto:prefpugmil@yahoo.com.br)



**MUNICÍPIO DE PUGMIL – TO – CNPJ: 01.615.883/0001-07**  
Rua Tocantins, nº 178, Centro, Pugmil – TO, CEP: 77.603-000  
(63) 3397-1170 - [www.pugmil.to.gov.br](http://www.pugmil.to.gov.br) – [prefpugmil@yahoo.com.br](mailto:prefpugmil@yahoo.com.br)